



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

LEI COMPLEMENTAR Nº 275, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024 – Plano Diretor Estratégico, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA, Estado de Goiás, aprova e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O *caput* do art. 29 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 O Macrozoneamento, constante no Mapa 1, do Anexo I, integrante desta Lei Complementar, divide o Território do Município de Itumbiara em 11 (onze) macrozonas: (NR)

Art. 2º Fica inserido o inciso XI ao art. 29 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29.....
.....
XI - Macrozona 11 – Sítios de Recreio – Zona Rural

Art. 3º Fica inserido o art. 40-A à Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40-A A Macrozona 11 – Sítios de Recreio – Zona Rural, área com permissão a sítios de recreio em zona rural, caracterizada por usos residenciais estabelecidos em glebas na zona rural, numa faixa de 2,0 (dois) quilômetros da margem do Rio Paranaíba e do Lagos de Furnas e de Cachoeira Dourada, cuja propriedade e regras de uso deverão ser instituídas por condomínio e/ou associação com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

§1º Os sítios de recreio não poderão ocupar a faixa de Área de Preservação Permanente - APP do Rio Paranaíba que corresponde a 100,00 (cem) metros da calha do rio.

§2º Os sítios de recreio do Lago de Furnas e de Cachoeira Dourada deverão respeitar uma área non *aedificandi* de 30 (trinta) metros, a partir da cota de desapropriação.

§3º Os sítios de recreio poderão fechar o acesso à propriedade por portaria, sendo que o somatório de toda área edificada do empreendimento não poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) da área da gleba.



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

§4º A modalidade de parcelamento dos sítios de recreio é de parcelamento fechado e deve respeitar os trâmites e serem estabelecidos em regulamento próprio.

§5º As unidades residenciais pertencentes aos sítios de recreio deverão obedecer:

I - à fração ideal mínima de ocupação por unidade residencial de 1.000 (mil) metros quadrados; e

II - à área do condomínio de chácaras de, no mínimo, de 1 (uma) fração de parcelamento do módulo rural estabelecido para o município de Itumbiara.

§6º Os sítios de recreio devem fazer a gestão dos resíduos sólidos e orgânicos, sendo que a Administração Pública não disponibilizará serviço de coleta de resíduos em zona rural, assim como não será responsável pela instalação de rede de energia elétrica, de iluminação pública, de rede de abastecimento de água tratada e de coleta de esgoto, de pavimentação asfáltica de vias de acesso e ligação por transporte coletivo.

§7º Cabe ao empreendedor ou responsável pelo condomínio a comprovação de destinação correta dos resíduos, sob pena de medidas administrativas ambientais.

§8º As glebas destinadas aos sítios de recreio deverão demarcar suas áreas de reserva legal, a fim de preservar sua integridade.

§9º A área do Lago de Furnas e de Cachoeira Dourada situada dentro do Município de Itumbiara é de 8.116,56 (oito mil, cento e dezesseis vírgula e cinquenta e seis) hectares e a área do entorno do Lago de Furnas e de Cachoeira Dourada no Município de Itumbiara, representada pela Macrozona do Lago de Furnas no Macrozoneamento do Município, é de 7.937,70 (sete mil, novecentos e trinta e sete vírgula setenta) hectares.

§10 Todos os parcelamentos do solo para fins de sítios de recreio preexistentes a esta Lei Complementar, terão o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, para regularização perante o órgão de planejamento urbano o e o órgão ambiental municipal, apresentando, para tanto, toda documentação que lhe for exigida e seguir os requisitos mínimos conforme §5º e 6º deste artigo, devendo ser instituídas por condomínio e/ou associação por cadastro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, sob pena de serem considerados como irregulares.

§11 O procedimento de regularização de sítios de recreio junto aos órgãos municipais será regulamentado por meio de Decreto.



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

Art. 4º Fica inserido o §5º ao art. 43 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43.....

§5º Para fins da Regularização Fundiária Urbana (REURB), o Município poderá, mediante justificativa técnica, dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões das áreas destinadas ao uso público, ao tamanho dos lotes regularizados, bem como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios, desde que preservado o interesse público e observadas as diretrizes da legislação de regência.

Art. 5º O art. 54 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54 Denomina-se área central do Município de Itumbiara, o limite administrativo da Zona Central e que abriga as edificações históricas, conforme Mapa 2, do Anexo I. (NR)

Art. 6º O inciso IV e os §7 art. 59 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passam a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 59.....

IV - os Aterros Sanitários. (NR)

§ 7º Em relação às áreas de aterro sanitário e destinadas a esta finalidade, devem ser respeitados os limites de 500,00 (quinhentos) metros de raio a partir de seu centro para instalação de qualquer atividade econômica ou residencial. (NR)

Art. 7º O *caput* do art. 69 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69 A renovação do alvará de funcionamento para atividades instaladas anteriormente à entrada em vigor desta Lei Complementar, que se encontrem em situação desconforme com as normas de zoneamento e incomodidade vigentes, poderá ser concedida desde que:

I – seja comprovada a regularidade da edificação existente;

II – seja comprovada a instalação da atividade por meio de inscrição municipal ou outro documento idôneo;

III – sejam mantidas, durante todo o período de funcionamento, as condições de segurança, salubridade, higiene e acessibilidade exigidas pela legislação municipal, estadual e federal.



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

§ 1º Quando a atividade desconforme solicitar ampliação, modificação ou reforma, a autorização dependerá da assinatura de Termo de Ajuste de Conduta – TAC com o Município, estabelecendo as medidas mitigadoras ou compensatórias necessárias.

§ 2º O descumprimento das obrigações previstas no TAC, ou a constatação de risco iminente à segurança, à saúde ou ao meio ambiente, implicará na revogação da autorização e na cassação do alvará de funcionamento.

§ 3º No caso do inciso I, a ausência de comprovação da regularidade da edificação, seja por inexistência do documento ou por se tratar de construção realizada em período anterior à obrigatoriedade legal, poderá ser suprida pela apresentação de Alvará de Levantamento, expedido nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 8º Fica inserido o art. 69-A, após o art. 69 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69-A Para as quadras do Bairro Santa Rita, não ocupadas predominantemente por uso residencial, será permitido a instalação de atividade nos níveis de incomodidade definidos para as vias arteriais.

Parágrafo único. Poderão ser exigidas medidas mitigadoras ou compensatórias com a finalidade de diminuir os impactos negativos causados pela atividade.

Art. 9º Fica inserida a Subseção III, após o art. 70 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Subseção III
Da Instalação Dos Usos Não Residenciais na Zona Rural

Art. 10 Fica inserido, dentro da Subseção III, o art. 70-A à Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70-A. A instalação de usos não residenciais na Zona Rural do Município de Itumbiara dependerá de análise técnica quanto:

I – ao nível de incomodidade causado à vizinhança;

II – à sobrecarga gerada na malha viária rural existente;

III – ao porte da atividade comercial, de serviços ou industrial proposta; e

IV – ao impacto ambiental decorrente.

§1º Poderão ser estabelecidos, por ato do Poder Executivo, regulamento específico que disponha sobre os níveis de incomodidade e



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

de impacto à vizinhança admitidos na Zona Rural, bem como sobre outros requisitos técnicos, urbanísticos ou ambientais, e sobre a vedação de determinadas atividades.

§2º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se Zona Rural a porção territorial do Município não incluída no perímetro urbano, conforme limites e confrontações constantes do Mapa 06, Anexo I, desta Lei Complementar.

Art. 11 O art. 84 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 84.....

§1º Para aprovação de empreendimentos residenciais em áreas acima de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), deverão ser atendidos, cumulativamente, os seguintes índices urbanísticos: (NR).

I – fração ideal de 90,00m² (noventa metros quadrados);

II – taxa de permeabilidade de 20% (vinte por cento);

III – indicação de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) de área verde; e (NR).

IV – destinação de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) da área total para implantação de equipamento público, conforme diretrizes do Município. (NR).

§2º As exigências previstas nos incisos III e IV do §1º deste artigo serão aplicáveis apenas aos Projetos de Desenvolvimento Urbano – PDUs que contemplem mais de 200 (duzentas) unidades habitacionais. (NR)

§2º-A. As exigências previstas nos incisos III e IV do §1º deste artigo não serão aplicáveis aos Projetos de Desenvolvimento Urbano – PDUs que contemplem até 200 (duzentas) unidades em imóveis que já foram objeto de parcelamento anterior com destinação de áreas de equipamento público e área verde. (NR)

§3º A área destinada à equipamento público deverá ser doada ao Município de Itumbiara e situar-se fora de áreas de acesso controlado, vedada sua inserção em espaços de uso restrito, em observância ao disposto nesta Lei Complementar. (NR)

§4º O empreendedor deverá garantir a existência de área verde dentro da área de acesso controlado. (NR)



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

§5º Ao empreendedor incumbirá cuidar, preservar e manter íntegras as áreas verdes e as demais áreas protegidas pela legislação ambiental compreendidas dentro de seu perímetro, sendo a construção restrita a estruturas e melhorias que promovam o lazer, recreação e o uso sustentável, como parques, praças, trilhas e estruturas de baixo impacto para apoio à comunidade e manutenção da natureza. (NR)

§6º Os Projetos que se referidos no parágrafo primeiro deste artigo poderão prever implantação de casas geminadas, seriadas com previsão de vagas de estacionamento internas ao lote para visitantes, serviços de carga e descarga. (NR)

§7º Os modelos de empreendimentos descritos nos incisos I a III do art. 91 deverão apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e Estudo de Impacto de Trânsito - EIT para análise da concessão do alvará de construção, conforme diretrizes apresentadas no art. 116 desta Lei. (NR)

§8º Será objeto da indicação e da destinação dos inciso III e IV, respectivamente, o empreendimento que não foi objeto de parcelamento.

Art. 12 O art. 85 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 85 O órgão municipal de desenvolvimento urbano, ao classificar um empreendimento como PDU, deverá indicar, nos termos dos arts. 104 e 105 desta Lei Complementar, as exigências a serem feitas ao empreendedor para que, às suas expensas, realize obras ou adote medidas no sentido de atenuar, compensar ou neutralizar possíveis impactos de vizinhança, de trânsito e/ou ambientais de grande relevância.

Art. 13 O art. 100 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100. A outorga onerosa do direito de construir é a autorização concedida pelo Poder Público ao empreendedor para edificar em Área Adensável além do limite estabelecido pelo índice de aproveitamento básico, fixado em 3,2 (três vírgula duas) vezes a área do lote, mediante contrapartida financeira ao Município, tendo como referência o estoque construtivo público disponível.

Parágrafo único. Para a obtenção da outorga em qualquer metragem excedente, até o limite da densidade construtiva máxima fixada pelo regime volumétrico aplicável, será devido o pagamento de valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do empreendimento.

Art. 14 Os artigos 104 e 105 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

Art. 104. Todos os empreendimentos a serem instalados ou ampliados no território do Município de Itumbiara estarão sujeitos ao pagamento de contrapartida financeira como medida compensatória pelos impactos ambientais gerados, independentemente da obrigatoriedade de licenciamento ambiental.

§1º Os empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou capazes de causar degradação ambiental por poluição, supressão de vegetação ou alteração significativa da paisagem, bem como aqueles que provoquem transformações urbanísticas relevantes, dependerão, cumulativamente, de prévio licenciamento ambiental expedido pelo órgão ambiental municipal competente, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

§2º Para fins de licenciamento ambiental, o empreendedor deverá apresentar estudos técnicos compatíveis com o porte e o potencial de impacto do empreendimento, contendo, no mínimo:

I – mapa de localização com delimitação da área de influência direta dos impactos previstos;

II – identificação, análise e previsão dos impactos ambientais positivos e negativos;

III – proposição de medidas mitigadoras dos impactos negativos, bem como de medidas de potencialização dos impactos positivos, as quais deverão constar de Termo de Compromisso firmado entre o empreendedor e o Município.

§3º Poderão ser exigidos, conforme o caso, os seguintes estudos de impacto ambiental:

I – Plano de Controle Ambiental (PCA);

II – Plano de Gestão Ambiental (PGA);

III – Estudo de Impacto Ambiental (EIA);

IV – Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

§4º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, a medida compensatória será concretizada mediante contrapartida financeira equivalente a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor estimado do empreendimento.

§5º Os valores previstos no §4º serão obrigatoriamente revertidos em execução direta de obras, serviços ou investimentos públicos voltados à melhoria da infraestrutura urbana, da mobilidade, da paisagem urbana, da qualidade ambiental ou da qualidade de vida, de caráter



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

ambiental ou urbanístico, conforme diretrizes estabelecidas pelo Município.

§6º As medidas compensatórias e mitigadoras de que tratam os §§2º, 4º e 5º deverão ser executadas sob a responsabilidade do empreendedor, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele contratados, mediante Termo de Compromisso firmado com o Município e com aprovação técnica dos respectivos projetos pelos órgãos competentes.

§7º O disposto neste artigo será regulamentado por decreto do Poder Executivo, que definirá os procedimentos para apresentação dos estudos, celebração dos termos de compromisso, aprovação dos projetos e fiscalização da execução das medidas mitigadoras e compensatórias.

Art. 105. Todos os empreendimentos a serem instalados ou ampliados no território do Município de Itumbiara estarão sujeitos ao pagamento de contrapartidas financeiras como medidas compensatórias pelos impactos de vizinhança e de trânsito, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) ou de Estudo de Impacto de Trânsito (EIT).

§1º Os Estudos de Impacto de Vizinhança e de Trânsito têm por finalidade:

- I – garantir transparência e participação no processo de licenciamento de empreendimentos de grande porte ou com potencial impacto urbanístico;
- II – definir medidas mitigadoras e compensatórias relacionadas aos impactos negativos sobre a vizinhança, o trânsito e a infraestrutura urbana;
- III – assegurar o ordenamento territorial sustentável e a adequada provisão de serviços públicos, equipamentos urbanos e comunitários;
- IV – preservar o meio ambiente natural, a paisagem urbana e a qualidade de vida da população.

§2º O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá contemplar, no mínimo:

- I – mapa de localização com delimitação da área de influência direta dos impactos;
 - II – análise do adensamento populacional, considerando um raio mínimo de 100 (cem) metros;
 - III – levantamento de equipamentos similares e suas distâncias em relação ao empreendimento;
-



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

IV – pesquisa de percepção com moradores e comerciantes em um raio de, no mínimo, 200 (duzentos) metros, contendo assinaturas ou registros eletrônicos;

V – avaliação da geração de poluição sonora, visual e atmosférica;

VI – identificação, análise e previsão dos impactos positivos e negativos;

VII – proposição de medidas mitigadoras dos impactos negativos e de potencialização dos impactos positivos.

§3º O Estudo de Impacto de Trânsito (EIT) deverá conter, no mínimo:

I – avaliação da circulação viária e dos acessos ao empreendimento;

II – análise da infraestrutura urbana impactada;

III – garantias de preservação do patrimônio natural e construído na área de influência;

IV – medidas para qualificação da paisagem urbana;

V – avaliação dos impactos sobre o comércio, empregos e mobilidade local.

§4º Em todos os empreendimentos a serem instalados ou ampliados no território municipal, será obrigatoriamente cobrada, como medida compensatória:

I – contrapartida financeira equivalente a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor estimado do empreendimento, relativa aos impactos sobre o trânsito; e

II – contrapartida financeira equivalente a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor estimado do empreendimento, relativa aos impactos sobre a vizinhança;

§5º Os valores previstos no §4º serão obrigatoriamente revertidos em execução direta de obras, serviços ou investimentos públicos voltados à melhoria da infraestrutura urbana, da mobilidade, da paisagem urbana ou da qualidade de vida, conforme diretrizes estabelecidas pelo Município.

§6º As medidas compensatórias e mitigadoras de que tratam os §§1º, 4º e 5º deverão ser executadas sob a responsabilidade do empreendedor, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele contratados, mediante Termo de Compromisso firmado com o Município e com



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

aprovação técnica dos respectivos projetos pelos órgãos competentes.

§7º O disposto neste artigo será regulamentado por decreto do Poder Executivo, que definirá os procedimentos para apresentação dos estudos, celebração dos termos de compromisso, aprovação dos projetos e fiscalização da execução das medidas mitigadoras e compensatórias.

Art. 15 O art. 120 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 O Poder Executivo regulamentará, por meio de decreto, a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 16 Fica inserido, dentro do Título V, o art. 120-A à Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120-A. O Poder Executivo poderá disciplinar a transferência do direito de construir mediante decreto.

Art. 17 O art. 122 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 122 O Poder Executivo deverá, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação desta Lei Complementar, regulamentar, por meio de ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, a classificação das atividades incômodas e não incômodas quanto ao nível de incomodidade, bem como os instrumentos e procedimentos de compensação e/ou mitigação dos impactos de trânsito, de vizinhança e ambientais.

Art. 18 Fica inserido o Capítulo IV-A, após o art. 117 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO IV-A
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DESASTRES E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 19 Ficam inseridos os arts. 117-A, 117-B e 117-C, dentro do Capítulo IV-A, que trata da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil, da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 117-A A política municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil deve integrar-se às políticas do sistema de planejamento e gestão, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como objetivos:



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

I - reduzir os riscos de desastres naturais, especialmente os agravados pelas mudanças climáticas;

II - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos do sistema de planejamento e gestão;

III - promover a continuidade das ações de proteção, mitigação, recuperação e defesa civil;

IV - estimular o desenvolvimento da cidade e os processos sustentáveis de urbanização;

V - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco, a fim de promover a realocação da população residente nessas áreas;

VI - promover campanhas de conscientização sobre os riscos de desastres naturais; e

VII - orientar as comunidades a adotarem comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção.

Art. 117-B São diretrizes da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil:

I - atuar de forma articulada entre os poderes municipais, municípios, Estado, União e a sociedade civil organizada, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - buscar a abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação resposta e adaptação aos desastres ambientais e climáticos;

III - definir políticas públicas que minimizem os impactos dos extremos climáticos, com enfoque na justiça ambiental e equidade social;

IV – identificar as áreas de risco e incidência de desastres no território municipal; e

V - coordenar os serviços emergenciais, arrecadação e distribuição de donativos e guarda e encaminhamento de maquinários.

Art. 117-C São ações estratégicas para Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil:



MUNICÍPIO DE ITUMBIARA
ESTADO DE GOIÁS

I - articular, em conjunto com a Defesa Civil da União, o aprimoramento e a divulgação dos sistemas de alerta para áreas mais propensas a eventos extremos de chuva e inundações;

II - apoiar a formação de comitês locais de gestão de riscos ambientais;

III - estruturar um banco de dados de voluntários para serem acionados em caso de desastres naturais.

Art. 20 A Figura 1 do Anexo II da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passa a vigorar na forma da Figura 1 do Anexo I desta lei Complementar.

Art. 21 Os Mapas 2 ao 6 do Anexo I da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024, passam a vigorar na forma do Anexo II desta lei Complementar.

Art. 22 Ficam revogados:

I – os §§ 2º ao 13 do art. 38 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024;

II – o §2º do art. 55 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024;

III – o §5º do art. 59 da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024;

IV – o Quadro nº 01, do anexo II, da Lei Complementar nº 239, de 8 de novembro de 2024.

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA, Estado de Goiás, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

DIONE JOSÉ DE ARAÚJO
Prefeito de Itumbiara

JOSE MÁRIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Procurador-Geral do Município
